

Estudos de direito
processual e tributário
em homenagem ao Ministro

Teori Zavascki

Organizadores:

Gustavo Lanna Murici

Oscar Valente Cardoso

Raphael Silva Rodrigues

Apresentação: Ministra Laurita Vaz

Prefácio: Ministro Dias Toffoli

Posfácio: Prof. Dr. Ives Gandra da Silva Martins

Estudos de direito
processual e tributário
em homenagem ao Ministro

Teori Zavascki

Estudos de direito
processual e tributário
em homenagem ao Ministro

Teori Zavascki

Organizadores:

Gustavo Lanna Murici
Oscar Valente Cardoso
Raphael Silva Rodrigues

Apresentação: Ministra Laurita Vaz

Prefácio: Ministro Dias Toffoli

Posfácio: Prof. Dr. Ives Gandra da Silva Martins





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Os Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Letícia Robini
(Imagem via VisualHunt)

Diagramação Letícia Robini

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

Estudos de direito processual e tributário em homenagem ao Ministro Teori Zavascki. MURICI, Gustavo Lanna; CARDOSO, Oscar Valente; RODRIGUES, Raphael Silva [Orgs.] -- 2 reimp. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-933-5

1. Direito. 2. Direito Processual. 3. Direito Tributário. I. Título. II. Artigos

CDU340

CDD340

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	15
<i>Dias Toffoli</i>	
APRESENTAÇÃO.....	19
<i>Ministra Laurita Váz</i>	
1. A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 136 DO CTN E A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS.....	21
<i>Enrique de Castro Loureiro Pinto</i>	
2. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA EM MANDADO DE SEGURANÇA QUE ABRANGE A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	47
<i>Alessandro Mendes Cardoso</i> <i>Clara Garzon T. Nogueira</i>	
3. A RECOMENDAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA, DE 11 DE JUNHO DE 2013, SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS.....	63
<i>Aluisio Gonçalves De Castro Mendes</i> <i>Larissa Clare Pochmann Da Silva</i>	
4. O ICMS SOBRE A ASSINATURA MENSAL E A ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL CONDUZIDA PELO SAUDOSO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NO STF.....	81
<i>André Mendes Moreira</i>	
5. A REGRA DECISÓRIA DO CONFAZ E A GUERRA FISCAL.....	93
<i>Bernardo Motta Moreira</i>	

6. A INCONSTITUCIONALIDADE POR ARRASTAMENTO DO ARTIGO 1º-F DA LEI N. 9.494/97 RECONHECIDA NAS ADIS 4.357 E 4.425 E A NECESSIDADE DE UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL.....	123
<i>Betina Treiger Grunpenmacher</i> <i>Thiago de Oliveira Vargas</i>	
7. PRATICABILIDADE TRIBUTÁRIA E O ICMS-ST: A CRÍTICA TÉCNICA DE TEORI ZAVASCKI.....	139
<i>Carlos Augusto Daniel Neto</i>	
8. ISS – “FRANCHISING” – INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA INCIDÊNCIA SOBRE OS ROYALTIES PAGOS PELO FRANQUEADO AO FRANQUEADOR.....	161
<i>Carlos Mário da Silva Vélloso</i>	
9. O COMBATE AO ABUSO DE CONVENÇÕES PARA EVITAR A BITRIBUTAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS PROPOSTAS NO ÂMBITO DA AÇÃO 6 DO PLANO BEPS.....	187
<i>César Vale Estanislau</i>	
10. DA EXECUÇÃO FISCAL E DA EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA (UMA VISÃO EPISTEMOLÓGICA).....	237
<i>Charley Teixeira Chaves</i>	
11. CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NA EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES ACERCA DA INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE AS ATIVIDADES CORRELATAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO.....	271
<i>Daniela Silveira Lara</i> <i>Ariene A. Henriques dos Reis</i>	
12. A RESCISÃO DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO SUCCESSIVO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO RE N. 730.462 (TEMA 733 DA RG) E SEUS REFLEXOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	291
<i>Diego Diniz Ribeiro</i> <i>Rodrigo G. N. Massud</i>	
13. TRIBUNAIS SUPERIORES E A NECESSIDADE DE MEIOS	

PARA SUPERACÃO DOS PRECEDENTES: O ART. 1.030, CPC E A NECESSIDADE DE UMA INTERPRETAÇÃO ADEQUADA.....	309
<i>Dierle Nunes</i> <i>Marina Carvalho Freitas</i>	
14. ISS: O CONCEITO DE "SERVIÇOS" NA JURISPRUDÊNCIA DO STF. AS SENTENÇAS MANIPULATIVAS E A DIVISÃO DE PODERES.....	359
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
15. O ENTENDIMENTO DO STF PELA CONSTITUCIONALIDADE DO ACESSO DO FISCO AOS DADOS BANCÁRIOS DOS CONTRIBUÍNTES E O PESO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO BRASIL.....	371
<i>Efigênio de Freitas Júnior</i>	
16. SUMIU O QUE ESTAVA DEPOSITADO EM JUÍZO. E AGORA?.....	395
<i>Fernando Facury Scaff</i>	
17. A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS DE ACORDO COM O ATUAL ENTENDIMENTO DO STJ.....	403
<i>Flávio Couto Bernardes</i> <i>Marina Grimaldi de Castro</i>	
18. OS EFEITOS DA CONFISSÃO NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS.....	425
<i>Flávio de Sá Munhoz</i> <i>Marília de Prince Rasi Faustino</i>	
19. IMUNIDADE DO ART. 195, §7º DA CONSTITUIÇÃO: O CAMPO RESERVADO À LEI COMPLEMENTAR E O CAMPO POSSÍVEL À LEI ORDINÁRIA. UMA ANÁLISE DO VOTO DO MIN. TEORI ZAVASCKI NA ADI 2.028/DF.....	439
<i>Frederico Menezes Breyner</i>	
20. A MODERNIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO ADEQUADA NO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: O CPC/2015 E A CLASS ACTION COMO PARADIGMA.....	459
<i>Frederico Augusto Leopoldino Koehler</i> <i>Mariana Corrêa de Oliveira Andrade</i>	

21. A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS LIVROS: DO PAPEL AOS LIVROS ELETRÔNICOS.....	475
<i>Gabriel Sant'Anna Quintanilha</i>	
22. AS TAXAS E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	485
<i>Guilherme De Almeida Henriques</i> <i>Marcelo Hugo De Oliveira Campos</i>	
23. A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE: A VOCAÇÃO EXPANSIVA DAS DECISÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS	501
<i>Gustavo Lanna Murici</i> <i>Lorenza Senem Lopes Cançado</i>	
24. LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO E AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	519
<i>Hugo de Brito Machado</i>	
25. COERÊNCIA JURISPRUDENCIAL E O EXAME DE QUESTÕES LIGADAS AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.....	529
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i> <i>Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i>	
26. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO CONTRIBUINTE E LIMITAÇÃO INSTRANSPONÍVEL DO ESTADO TRIBUTÁRIO.....	539
<i>Hugo Reis Dias</i> <i>João Paulo Fanucchi de Almeida Melo</i>	
27. AS IMUNIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	551
<i>Ives Gandra Da Silva Martins</i> <i>Fátima Fernandes Rodrigues De Souza</i>	
28. MULTAS TRIBUTÁRIAS: PERSPECTIVAS DO CONTROLE JUDICIAL DE SUA ABUSIVIDADE	563
<i>José Edgard Penna Amorim Pereira</i> <i>Ludmila Mara Monteiro de Oliveira</i>	

29. ENSINAMENTOS TRIBUTÁRIOS DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI EM JULGADOS DO STF E STJ.....	581
<i>José Eduardo Soares De Melo</i>	
30. O CONCEITO DE RENDA, A SÚMULA 584 DO STF E O RE 183.130/PR.....	593
<i>Junia Roberta Gouveia Sampaio</i> <i>Gustavo Henrique Souza Mafra</i>	
31. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	609
<i>Kiyoshi Harada</i>	
32. COAÇÕES INDIRETAS NA EXECUÇÃO PECUNIÁRIA.....	629
<i>Leonardo Greco</i>	
33. TRATADOS INTERNACIONAIS E A CLÁUSULA DE NÃO-DISCRIMINAÇÃO - ANÁLISE DO CASO "VOLVO"	653
<i>Leonardo Varella Giannetti</i>	
34. JUSTIÇA, PROGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	679
<i>Lílian Cláudia de Souza</i> <i>Marina Machado Marques</i>	
35. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E O DIREITO PRIVADO – ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 540.829 (INCIDÊNCIA DE ICMS-IMPORTAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING INTERNACIONAL).....	693
<i>Luís Eduardo Schoueri</i> <i>Tiago Rios Coster</i>	
36. EXECUÇÃO PENAL APÓS A CONDENAÇÃO EM SEGUNDO GRAU: A LUTA CONTRA A CULTURA DA IMPUNIDADE.....	709
<i>Luís Roberto Barroso</i>	
37. A INTANGIBILIDADE DA COISA JULGADA DIANTE DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: IMPUGNAÇÃO, RESCISÓRIA E MODULAÇÃO DE EFEITOS	729
<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	

38. A COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO – UMA ANÁLISE DO INSTITUTO SOB A PERSPECTIVA DAS REGRAS SOBRE O ÔNUS DA PROVA – O DIREITO A UMA SEGUNDA CHANCE?.....	757
<i>Marco Félix Jobim</i>	
<i>Rafael Caselli Pereira</i>	
39. O ICMS-COMUNICAÇÃO À LUZ DOS VOTOS DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI.....	773
<i>Marco Túlio Fernandes Ibraim</i>	
<i>Pedro Lucas Debelli Marques</i>	
40. O ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	787
<i>Marilene Talarico Martins Rodrigues</i>	
41. NECESSIDADE DA AÇÃO DE MODIFICAÇÃO PARA SUSTAÇÃO DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO TEORI ZAVASCKI.....	815
<i>Mary Elbe Queiroz</i>	
<i>Antonio Carlos F. de Souza Júnior</i>	
42. LIMITES NA ATRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL EM RELAÇÃO A DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE PESSOAS JURÍDICAS.....	825
<i>Maurício Saraiva de Abreu Chagas</i>	
<i>Jorge Ricardo El Abras</i>	
43. RECEITA COMO ELEMENTO DE INCIDÊNCIA DO PIS E DA COFINS: CONCEITO JURÍDICO X CONCEITO CONTÁBIL.....	841
<i>Maysa de Sá Pittondo Deligne</i>	
44. O PAPEL DAS CONTRIBUIÇÕES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO – UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS INTRODUIDO PELA EC 41/2003.....	863
<i>Miguel Horvath Júnior</i>	
45. A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE: COMENTÁRIOS AO VOTO DISSIDENTE DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NA ADI 4.650/DF.....	871
<i>Misabel Abreu Machado Derzi</i>	
<i>Thomas da Rosa de Bustamante</i>	

46. EFEITOS DA ADO 25: UMA ANÁLISE A PARTIR DO VOTO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI.....	879
<i>Onofre Alves Batista Júnior</i>	
<i>Marina Soares Marinho</i>	
47. O QUE PRECEDE UM PRECEDENTE?.....	891
<i>Oscar Valente Cardoso</i>	
48. A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE EM TRIBUTOS SEM EXPLÍCITA AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL: EXAME DA CONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	909
<i>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</i>	
49. A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI COM RELAÇÃO À TRIBUTAÇÃO DE LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR.....	935
<i>Paulo Antônio Machado da Silva Filho</i>	
50. REFLEXÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA E A FIGURA DA "LEI INTERPRETATIVA"	949
<i>Paulo de Barros Carvalho</i>	
51. A (NÃO) INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FORNECIDO POR MEIO DE TICKETS E/OU VALES ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO.....	967
<i>Paulo Roberto Coimbra Silva</i>	
<i>Alice de Abreu Lima Jorge</i>	
52. AS MULTAS, O VOTO DE QUALIDADE NO CARF E O ART. 112 DO CTN.....	985
<i>Raphael Frattari</i>	
<i>Vinicius Vasconcelos</i>	
53. O PROCESSO CONSTITUCIONAL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O EFETIVO FORTALECIMENTO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE.....	1001
<i>Raphael Silva Rodrigues</i>	

54. CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE DEDUZIR OS GASTOS COM MEDICAMENTOS DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA	1017
<i>Raphael Talles Pereira</i> <i>Thiago Penido Martins</i>	
55. DA AFINIDADE COMO CAUSA DE REUNIÃO DE PROCESSOS (E COMO INSTRUMENTO PARA PROVER AGILIDADE PROCESSUAL).....	1041
<i>Reis Friede</i> <i>Rodolfo Kronenberg Hartmann</i>	
56. A PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO À LUZ DA TEORIA DOS PRECEDENTES: O OVERRULING DO RESP 1.120.295/SP	1075
<i>Renato Lopes Becho</i> <i>Bruno Bartelle Basso</i>	
57. AS INDENIZAÇÕES PERANTE O IMPOSTO DE RENDA.....	1089
<i>Ricardo Mariz de Oliveira</i>	
58. A CONFIGURAÇÃO DO RESULTADO DO SERVIÇO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO PIS/IMPORTAÇÃO E DA COFINS/IMPORTAÇÃO	1099
<i>Rodrigo Mineiro Fernandes</i> <i>Pedro Henrique Alves Mineiro</i>	
59. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR – IMUNIDADES E TEMAS AFINS.....	1115
<i>Sacha Calmon Navarro Coêlho</i>	
60. A DENÚNCIA ESPONTÂNEA E O LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DOS PRECEDENTES FIRMADOS PELO MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI.....	1143
<i>Tatiana Josefovicz Belisário</i>	
61. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA E DENÚNCIA ESPONTÂNEA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	1157
<i>Thais de Laurentiis</i>	

62. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: REFLEXOS PARA FATOS IMPONÍVEIS OCORRIDOS NA VIGÊNCIA DE MEDIDA REVOGADA.....	1173
<i>Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage</i> <i>Sabrina Cristiny Barbosa</i>	
63. A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA PACIFICAÇÃO SOCIAL: O CASO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL NAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1185
<i>Válter de Souza Lobato</i> <i>Tiago Conde Teixeira</i>	
BREVE POSFÁCIO.....	1197
<i>Prof. Dr. Ives Gandra da Silva Martins</i>	
AUTORES.....	1199

PREFÁCIO

Dias Toffoli¹

Recebi, lisonjeado, o convite para prefaciar a obra Estudos de Direito Processual e Tributário em Homenagem ao Ministro **Teori Zavascki**, organizada pelos ilustres professores Gustavo Lanna Murici, Oscar Valente Cardoso e Raphael Silva Rodrigues.

Começo por agradecer essa imerecida oportunidade que me foi concedida de prestar homenagem ao Ministro **Teori Zavascki**, de quem tenho a honra de ser amigo – a amizade é para sempre!

Os presentes estudos jurídicos, escritos por alguns dos mais importantes e reverenciados juristas do País nos ramos do direito constitucional, do direito processual e do direito tributário, são um testemunho eloquente do respeito que o Ministro **Teori Zavascki** conquistou entre os juristas brasileiros.

O eminente Ministro foi mestre e doutor em direito processual civil e publicou diversas obras de relevo sobre temas como a antecipação de tutela, o processo coletivo e o processo de execução, além do livro “Comentários ao Código de Processo Civil”, pela Revista dos Tribunais. Como docente, foi um concorrido professor de Direito Processual Civil, lecionando na Faculdade de Direito da UFRGS e, de 2005 a 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Ingressou na magistratura em 1989, no cargo de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Em 2003, passou a exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, tendo lá permanecido até 2012, quando foi indicado ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A trajetória do Ministro **Teori Zavascki** na magistratura foi marcada pelo rigor técnico-jurídico e pela notoriedade da sua atuação vigorosa e coerente em todas as questões que lhe eram submetidas, das mais simples às mais complexas. A firmeza e a elegância com que expunha suas convicções nos julgamentos eram admiráveis. Divergir dele era muito difícil.

¹ Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Os temas enfrentados na presente obra, de amplo alcance e de interesse imediato aos aplicadores do direito, retratam a magnitude do legado deixado pelo Ministro **Teori Zavascki** para o aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional, dos institutos processuais e do Estado Democrático de Direito. A forma peculiar de olhar o direito, sempre atento a suas conexões com os universos da política, da economia e da moral, era marcante nas decisões proferidas pelo homenageado, sempre fundamentadas no direito posto e na Constituição. Nas questões tributárias, por exemplo, era visível sua preocupação de compatibilizar a defesa do patrimônio público com a efetivação dos direitos e garantias do contribuinte.

A contribuição do Ministro **Teori Zavascki** no aperfeiçoamento dos sistemas tributário Nacional, constitucional e legal se fará notar nas abordagens dos temas propostos, as quais – muitas vezes, críticas à jurisprudência do STF – certamente enriquecerão a dogmática jurídica. Eis alguns dos temas tributários da mais alta relevância desenvolvidos nesta obra: (i) regras constitucionais de competência tributária; (ii) materialidades de tributos incidentes no mercado interno e nas operações de importação (ICMS-ST, ICMS-Comunicação, ISS, IRPJ, IRPEF, COFINS, PIS e contribuições previdenciárias); (iii) praticabilidade e substituição tributária; (iv) direitos fundamentais do contribuinte e limitações ao poder de tributar, com enfoque nas imunidades, na reserva de lei complementar, na legalidade estrita, e na anterioridade; (v) progressividade de impostos e de contribuições previdenciárias; irretroatividade e lei interpretativa; tratados internacionais e cláusula de não discriminação; (vi) federalismo fiscal. Temas processuais de igual relevo merecem destaque, tais como: (i) teoria da decisão judicial, (ii) eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional; (iii) coisa julgada nas relações de trato sucessivo; (iv) meios de superação de precedentes nos Tribunais superiores; institutos como lançamento por homologação, denúncia espontânea, parcelamento, responsabilidade tributária e compensação tributária. Nesse contexto, não há como deixar de abordar dois julgados emblemáticos na história recente do STF e da vida nacional: (i) a jurisdição constitucional e a legitimidade democrática; e (ii) a execução penal após a condenação em segunda instância.

Mente privilegiada, espírito aberto, conheci o Ministro **Teori Zavascki**, em 2003, quando foi alçado ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Durante sua atuação naquele tribunal superior, passei a conhecê-lo melhor e, na qualidade de advogado, acompanhei de perto sua trajetória. Com sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, passei a desfrutar de seus ensinamentos e a fazer parte do grupo seletivo de amigos que tinham o privilégio de conviver mais proximamente com ele. A imagem de pessoa fechada, de poucas palavras e parcimoniosa em seus contatos sociais no que tange a seu exercício profissional se dissipava nos momentos em que **Teori** partilhava de sua intimidade com os amigos queridos. Ele era uma pessoa expansiva, sociável e extremamente afável. Em suma, sua companhia era simplesmente prazerosa.

Nossa convivência se aprofundou ainda mais na época em que atuamos na Justiça Eleitoral. No Tribunal Superior Eleitoral, participamos de várias missões internacionais e acompanhamos várias eleições, como a eleição norte-americana disputada entre Trump e Hillary Clinton, em 2016. É dessa época um fato curioso ocorrido a bordo de um navio no Rio Negro, em Manaus, em um evento internacional organizado pelo TSE. Foram três dias de intensos debates acerca de temas como democracia, representação e problemas de cada país. No último dia do evento, um violeiro que lá se apresentava após o jantar, me falou: “olha, muito bacana o senhor etc. e tal; foi muito bom esse encontro, conheci muita gente, gente de tudo quanto é país, mas eu queria fazer um pedido ao senhor, eu queria mesmo era conhecer aquele Ministro, o **Teori Zavascki**, eu queria conhecer ele, eu sou fã do Ministro **Teori Zavascki**”. Falei para ele: “olha, é aquele que está de boné, exatamente atrás de você, e que cantou com você várias vezes aqui durante esses três dias”. A imagem do Ministro **Teori Zavascki**, portanto, era bem diferente da do indivíduo **Teori Zavascki**. O violeiro, fã do **Teori**, conviveu com ele durante o evento sem notar que ele era o Ministro objeto de sua admiração.

Alguns homens tiveram a oportunidade de mudar o mundo e o fizeram. Na relatoria dos processos relacionados à operação “Lava Jato”, o Ministro **Teori Zavascki** sempre teve a exata percepção da gravidade das questões que lhe eram submetidas e o alto significado do Poder Judiciário para a preservação do Estado Democrático de Direito, para a vida dos cidadãos e para a integridade das instituições. Sua atuação foi fundamental na manutenção e no avanço da operação, com os desdobramentos em vários juízos federais do País e no Supremo Tribunal Federal. **Teori**, mesmo nos momentos dramáticos da vida nacional, os encarava com simplicidade: “esses momentos singulares da vida”. Mantinha a tranquilidade e não perdia a oportunidade de desfrutar de momentos descontraídos com os amigos e com as pessoas de que ele gostava. Encerro estas linhas com as palavras proferidas pelo Ministro **Teori** na sua despedida do Superior Tribunal de Justiça:

”(...) [M]esmo quando partimos rumo a um destino aspirado, as despedidas põem a nu, com a clareza do sol e a crueza da verdade mais verdadeira, o insuperável paradoxo da vivência humana: ela tem, lado a lado, como irmãos siameses, a coluna dos ganhos e a coluna das perdas. A cada nova etapa da vida, deixamos de ser o que fomos e o que somos, deixamos para trás um pouco de nós mesmos.”

Aproveitem, caros leitores, os conhecimentos e o potencial transformador contidos na presente obra, inspirados, certamente, nas lições, ideias e nos atos do insigne professor, jurista e magistrado **Teori Zavascki**, que assim sempre se fará presente entre nós.

APRESENTAÇÃO

Ministra Laurita Vaz¹

O sentimento que entoa essas linhas inaugurais é uma mistura de admiração, gratidão e saudade. É uma grande honra apresentar esta obra coletiva, subscrita por vários juristas de escol, que alude a pequenas amostras de eloquentes e magistras votos do insigne homenageado, em temas relevantíssimos de direito processual e tributário.

Os percucientes artigos, escritos com altíssimo nível de compreensão e análise crítica, tanto das controvérsias quanto dos correspondentes deslindes, são, sem dúvida, uma bela forma de reverenciar o saudoso e querido amigo Teori Zavascki, que nos deixou de maneira prematura e repentina.

De uma hora para outra, a ausência do ministro Teori Zavascki provocou uma incontida consternação no meio jurídico e mais ainda no seu círculo familiar. Dividida ficou a dor pela irreparável perda entre os amigos, familiares, colegas de magistratura, advogados, servidores, acadêmicos, alunos e professores. Mesmo com o passar do tempo, o vazio continua. Por isso, gestos como este esforço conjunto são um oportuno acalento.

Por quase dez anos, durante sua atuação no Superior Tribunal de Justiça, tivemos o privilégio de desfrutar de sua convivência, o que nos autoriza a afirmar, sem titubear, que Teori Zavascki, além de extraordinário magistrado, foi homem simples, gentil e de refinado senso de humor. Sua Excelência sempre será uma inspiração, pela inebriante oratória, equilibradas palavras e irrepreensível postura de cavalheiro nos debates, espelhando a grandeza de sua alma.

Percebe-se, ao compulsar cada parte que compõe esta obra, o esmero de seus ilustres autores para prestar uma homenagem à altura do professor, jurista e ministro Teori Zavascki, que nos presenteou, em vida, com indelévels lições de direito, em sua mais pura acepção.

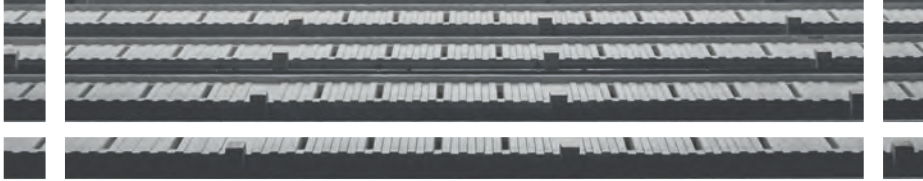
O leitor, por sua vez, poderá deleitar-se com profundas análises críticas de importantes matérias de direito processual e tributário, feitas por notáveis

¹ Presidente do Superior Tribunal de Justiça

juristas e professores, que lograram êxito em expor, com clareza, o fulcro das controvérsias, as perspectivas doutrinárias e jurisprudenciais acerca das soluções alcançadas, tudo permeado com exuberante contribuição dos ensinamentos, argumentações e ponderações do insigne ministro Teori Zavascki sobre a matéria objeto do estudo.

Parabéns aos organizadores e colaboradores deste brilhante trabalho, que produziu como resultado uma justa e digna deferência à memória de um dos mais festejados juristas brasileiros, por tudo que Teori Zavascki realizou em sua trajetória profissional.

Brasília, 23 de abril de 2018.



“Parabéns aos organizadores e colaboradores deste brilhante trabalho, que produziu como resultado uma justa e digna deferência à memória de um dos mais festejados juristas brasileiros, por tudo que Teori Zavascki realizou em sua trajetória profissional”.

Ministra Laurita Vaz – Presidente do Superior Tribunal de Justiça

“Aproveitem, caros leitores, os conhecimentos e o potencial transformador contidos na presente obra, inspirados, certamente, nas lições, ideias e nos atos do insigne professor, jurista e magistrado Teori Zavascki, que assim sempre se fará presente entre nós”.

Ministro Dias Toffoli – Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal

“Estou convencido de que, pelo extraordinário brilho dos autores e pelo valor indiscutível de todos os textos – deles, reafirmo, excludo minha modesta contribuição –, é obra que, durante longos anos, servirá de sinalização para os estudiosos de direito processual e tributário, o que ainda mais valoriza esta justíssima homenagem que se presta a um dos mais proeminentes magistrados que já honrou a maior Corte judicial da República brasileira. Bem haja, a nova obra!”

Professor Dr. Ives Gandra da Silva Martins – Jurista, advogado, professor e escritor brasileiro.



ISBN 978-85-8425-933-5

